



ATA DE REUNIÃO

27-01-2025

Aos vinte sete dias do mês de janeiro de dois mil e vinte e cinco, às 10:00 horas, na sala de reunião nº 305 situada no 3º andar, do Anexo II, do Edifício Advogado Pedro Milton de Brito, do Complexo do Tribunal de Justiça da Bahia, reuniram-se os integrantes da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão – CPAI, para tratar de assuntos da mencionada Comissão, sob presidência do Desembargador Rolemberg José Araújo Costa. Estavam presentes os magistrados Dra. Marielza Maués Pinheiro Lima, Dra. Maria do Rosário Passos da Silva Calixto, Dra. Lívia de Melo Barbosa, Dra. Mabile Machado Borba, Dr. Rilton Goes Ribeiro e a Dra. Melissa Mayoral Pedroso Coelho Lukine Martins; os servidores integrantes desta Comissão: Cristina Hereche (representando a ASCOM), Priscila (SEPLAN), Karina Uchôa (SEPLAN), Juliana Nunes Serna (SEAD), João Eudes Alves Ferreira (Chefe de Unid Coord Saúde Ocupacional), Daniel Campos Carneiro Mehlem (NAI), Eveline Aguiar, Débora Fiúza Lima (Estagiária de pós-graduação), Ayla Mikaele Matos dos Santos (Estagiária de graduação) e Maria Clara Jesus Reis (Secretária da CPAI). Participantes da reunião de forma telepresencial através do sistema Microsoft teams: o servidor José Romilson Mascarenhas, Felisberto Buriti de Sousa (Assessor Sist de informação). Por fim, salienta-se que a lista de presença encontra-se em anexo a este documento. Depois de saudar a todos, o Desembargador Rolemberg Costa iniciou a discussão e deliberação sobre os seguintes tópicos: Implementação das Resoluções CNJ nº 573/2024 e 562/2024, que tratam da acessibilidade e inclusão de magistrados com deficiência, encaminhadas a CPAI através dos processos TJ-CNJ- 20244/65145 e TJ-COI-2024/21312. Apresentação da proposta de criação dos Núcleos de Acessibilidade e Inclusão (NAI) e discussão sobre a composição e atribuições dos núcleos. Análise de decisões da Junta Médica e discussão sobre a possibilidade de criação de comissão biopsicossocial. Homenagem à dirigente secretária da Comissão, Maria Clara, que deixará o cargo. Discussão e Deliberações: **1. RESOLUÇÃO CNJ Nº 573/2024:** A Comissão discutiu a implementação da Resolução CNJ nº 573/2024, que trata da acessibilidade e inclusão de magistrados com deficiência. Foi aprovado por unanimidade a proposta de alteração da Resolução nº 7/2024 do Tribunal, que trata da acessibilidade e inclusão de servidores com deficiência, sendo compatibilizada a Resolução CNJ nº 573/2024. **2. RESOLUÇÃO CNJ Nº 561:** Comissão discutiu a implementação da

Resolução CNJ nº 561/2024, que trata da acessibilidade e inclusão de magistrados com deficiência. Foi aprovado por unanimidade a proposta de alteração das Resoluções nº 7/2024 e 02/2006 do Tribunal, que trata da acessibilidade e inclusão de servidores com deficiência, sendo compatibilizada a referida Resolução, a ser encaminhada a presidência do Tribunal de Justiça da Bahia.

3. NÚCLEOS DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO (NAI): A Comissão discutiu a proposta de criação dos Núcleos Temáticos de Trabalho, bem como os atores que o irão compor. Foi proposto que os núcleos fossem compostos preferencialmente por servidores com deficiência, representantes de cada setor do Tribunal e membros da Comissão. Os núcleos terão como atribuições: Identificar e propor soluções para as barreiras de acessibilidade e inclusão existentes no Tribunal; Acompanhar a implementação das ações de acessibilidade e inclusão; promover a sensibilização e capacitação dos servidores sobre a temática da acessibilidade e inclusão; Mapeamento dos Processos da Comissão e Levantamento da Cadeia de Valor. Foi deliberado pela Comissão que a criação dos Núcleos Temáticos de Trabalho será reavaliado após a completa implantação do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI).

4. DECISÕES DA JUNTA MÉDICA: A Comissão discutiu a possibilidade de emissão de parecer opinativo sobre casos avaliados pela Junta Médica do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia. Foi deliberado que a Comissão Permanente de Acessibilidade não constitui em instância revisora dos processos administrativos objetos de análise da Junta Médica deste Tribunal. Ainda assim, foi instituído grupo de trabalho que encaminhará um ofício à Presidência do Tribunal sugerindo a criação de uma comissão multidisciplinar, mediante avaliação biopsicossocial, para analisar os casos dos servidores.

5. O QUE OCORRER. HOMENAGEM À DIRIGENTE SECRETÁRIA: A Comissão prestou homenagem à dirigente secretária, Maria Clara Jesus Reis, que deixará o cargo, pelo profissionalismo, dedicação na condução dos trabalhos e pelo tempo de serviço prestado. A reunião foi encerrada às 12h, com o agradecimento do Desembargador Presidente Rolemberg Costa à presença de todos. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada e lavrada a presente ata que será assinada pelo Desembargador Presidente da Comissão.

Desembargador ROLEMBERG COSTA

Presidente da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão